Brasil pede empréstimo para

Carlos Max Torres

Brasília — O novo empréstimo jumbo de no mínimo 4 bilhões de dólares que o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, começa a negociar hoje, em Nova Iorque, com o Comitê de Assessoramento de Renegociação da Dívida Externa tornou-se necessário devido à redução de meta de entrada de capital de risco no país e ao aumento dos gastos com pagamento de juros, segundo informação de um assessor do Ministro Delfim Neto que participou das últimas negociações com o Fundo Monetário Internacional.

Quando o Conselho Monetário Nacional aprovou as contas externas, em outubro do ano passado, a entrada de recursos sob a forma de investimento direto estava prevista em 1 bilhão 500 milhões de dólares. A nova meta é de apenas 500 milhões de dólares. Quanto aos juros, a estimativa inicial era de um gasto de 9 bilhões de dólares, o que considerava uma queda pequena, porém real, das taxas de juros internacionais. Mas como essas se mantiveram em níveis elevados, as previsões estão ultrapassadas.

Acerto difícil

Apesar de ter acertado as bases para um novo acordo com o Fundo Monetário Internacional, ainda não foi desta vez que o Brasil conseguiu acertar definitivamente suas contas com o FMI, afirmou o assessor do Ministro do Planejamento. Dentro de quatro meses, uma nova missão desembarcará em Brasília para discutir a alteração das metas acertadas para 1984 e 1985. A reformulação será consequência direta das mudanças nos conceitos de déficit público e de crédito líquido interno (que mede a oferta de dinheiro ao público pelos bancos), acertadas com a missão do Fundo, segunda-feira.

O colaborador de Delfim Neto recomendou cautela diante das mudanças efetuadas no acordo para este ano, citando especificamente a controvertida questão do déficit público. Na aparência — disse — como o déficit previsto aumentou de Cr\$ 8 trilhões 800 bilhões (meta contida na segunda Carta de Intenção) para Cr\$ 18 trilhões 555 bilhões, haveria uma folga considerável.

Mas, segundo a fonte, cumprir a nova meta do déficit público será muito difícil, porque pressupõe um corte

real de 50% (de 5,8% do Produto Interno Bruto em 1982 para algo como 2,9% em 1983). É certo, entretanto, que houve uma vitória do Governo brasileiro na questão porque, de acordo com as explicações do técnico, mantidos os critérios do FMI (de considerar a aplicação da correção monetária sobre os ativos e os passivos das empresas como um aumento real de despesa), seria impossível acatar a Carta de Intenção assinada em janeiro e revista em 24 de fevereiro.

Política salarial

Outra discussão penosa envolveu o problema da política salarial, confundiu o assessor. O FMI sempre considerou a queda real dos salários uma pré-condição para o ajustamento interno da economia brasileira. Diversas vezes, segundo o técnico, os Ministros da área econômica ponderaram ser inadequada uma mudança drástica na lei dos salários devido a restrições de ordem política.

Um dos participantes da discussão com o Fundo disse que, se fosse mantida a lei salarial anterior, provavelmente não haveria rompimento do acordo com o FMI, mas as discussões se arrastariam por mais 30 ou 60 dias, o que poderia paralisar a economia brasileira em função de uma eventual interrupção na entrada de recursos externos.

A fórmula final encontrada pelo Ministro Delfim Neto (manutenção dos reajustes semestrais, limitados em 80% do INPC) foi considerada um meio-termo entre aquilo que o FMI pretendia e o que o Governo brasileiro podia fornecer. O Fundo, informou o colaborador, sempre insistiu no retorno à política salarial vigente no país até 1979 (criada em 1964 pelo então Ministro do Planejamento, Roberto Campos).

Por aquela fórmula, os reajustes anuais de salários eram feitos com base numa média inflacionária dos 12 meses passados, mais uma estimativa da inflação futura (o chamado "resíduo inflacionário"). Esse sistema, segundo o próprio Fundo, é hoje copiado por vários países da América Latina, com sucesso. Uma outra hipótese que chegou a ser levada à apreciação do Palácio do Planalto foi a extinção do INPC e a adoção da livre negociação — o que foi abandonado devido aos evidentes reflexos políticos e sociais.

compensar investimento

OCIOS

quarta-feira, 20/7/83 □ 1º caderno □ 15

Leia editorial "Depois do Fundo"